

SUCESSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR E A AGROECOLOGIA

GERMANO EHLERT POLLNOW¹; NÁDIA VELLEDA CALDAS²

¹ Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar –
germano.ep@outlook.com

² Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Departamento de Ciências Sociais Agrárias –
velleda.nadia@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Inicialmente, é preciso expor que esse trabalho faz parte das ações iniciais de um projeto de tese intitulado “Sucessão Rural Familiar: um estudo de caso em municípios do Território Zona Sul do Estado/RS à luz da agroecologia”. Nesse projeto, a questão geral relaciona as famílias agricultoras vinculadas ao Núcleo Sul da Rede Ecovida de Agroecologia e a sucessão em seus estabelecimentos em comparação com as unidades produtivas familiares com produção convencional, inseridas principalmente na cadeia produtiva do tabaco e situados no referido recorte territorial. Considerando os limites que aqui dispomos, o objetivo colocado neste trabalho é elaborar algumas questões sobre a sucessão rural na agricultura familiar da Microrregião de Pelotas, com base em uma comparação entre famílias agricultoras agroecologistas e famílias fumicultoras.

Neste trabalho, entendemos a sucessão rural como sendo o processo de transmissão de bens e direitos dos pais para os filhos, e que esses jovens passem a exercer a agricultura como atividade principal de trabalho e renda.

Sabe-se que o êxodo rural é um problema que há tempos vem causando preocupação no âmbito acadêmico, científico e da gestão pública, especialmente quando consideramos a saída prematura de jovens do campo e o consequente envelhecimento da população rural, colocando em cheque o futuro da produção de alimentos. Diversos trabalhos já foram publicados com essa temática, mas para SPANEVELLO (2008), os estudos em sua essência tratam das perspectivas dos jovens ficar e/ou sair do meio rural e apontam para as possíveis dificuldades em torno da sucessão rural. Nesse sentido, entendemos que é necessário estudar não o problema em si, mas possíveis alternativas para a problemática em questão. Este trabalho não traz respostas, mas sim questionamentos que julgamos pertinentes sobre o assunto.

Além desta breve introdução, este trabalho está dividido em outras quatro partes. A próxima seção aborda a metodologia utilizada para construção desse resumo. A terceira parte apresenta uma discussão teórica envolvendo uma pequena revisão bibliográfica. A quarta seção apresenta alguns questionamentos e a quinta e última parte apresenta as referências bibliográficas aqui utilizadas.

2. METODOLOGIA

A elaboração deste trabalho se deu a partir de reflexões sobre a sucessão rural na agricultura familiar, inseridas estas em um projeto de tese de doutoramento vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar (PPG SPAF) e ao Núcleo de Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Políticas Públicas para a Agricultura Familiar (NUPEAR), ambos da Universidade Federal de Pelotas. A partir de uma revisão bibliográfica apresentada a seguir, foi-nos possível traçar alguns questionamentos expostos na parte final deste trabalho, que pretendemos que sejam respondidas ao final da execução do projeto em tela.

3. DISCUSSÃO

Atualmente, o modelo de agricultura globalizada e de produção em escala marginaliza alternativas de inclusão econômica e social de diferentes atores, principalmente - em se tratando do âmbito rural - da agricultura familiar (NIEDERLE; GRISA, 2008). No Brasil, esse processo de exclusão se deu quando o mundo rural passava por diversas mudanças, principalmente no período pós-segunda guerra mundial, com a proposta de intensificação e modernização conservadora da agricultura (DELGADO, 2012). A produção agropecuária passou a ser pautada por alguns poucos produtos que são conhecidos como *commodities* agrícolas, como a soja, o milho, o algodão e a carne. Para MAZOYER; ROUDART (2010, p.28), em um contexto mundial, mais de 90% das famílias agricultoras empobreceram e deixaram a atividade agropecuária, alimentando com mão de obra a indústria e o setor de serviços.

A desigualdade que percebemos hoje no meio rural é decorrente desse processo, onde só conseguia prosperar quem possuía capital para investir e integrar-se aos processos verticalizados que eram oferecidos pelo Estado via incentivos fiscais e creditícios. Enquanto isso, famílias que não possuíam uma quantidade suficientemente grande de terra ou que não possuíam capital financeiro para investir e viabilizar a produção das *commodities*, acabaram por ser apartadas desse processo. Impedidas de acesso aos favores estatais concedidos à agricultura de exportação, muitas famílias foram excluídas da produção e comercialização em escala, estabelecendo-se assim, muitas vezes, um processo de êxodo rural e consequente aumento na taxa de urbanização.

A partir dos problemas ambientais, econômicos e sociais criados pela lógica globalizada e vertical da agricultura de exportação, surgiu a necessidade de uma (re)valorização da agricultura de base ecológica. Nessa esteira, a Agroecologia é uma das alternativas a um modelo que vem sendo reiteradamente criticado. Para ALTIERI (2004, p. 18), a Agroecologia é “uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo”, sendo considerada uma forma consolidada e viável não apenas de produção de alimentos, mas também de organização social e de preservação da biodiversidade, abrangendo as diferentes dimensões da sustentabilidade. Nesse contexto, as principais diferenças entre a Agroecologia e a produção convencional estão alicerçadas nas preocupações com a conservação dos recursos naturais e na lógica mercantil, especialmente pela Agroecologia conceber a agricultura de forma mais horizontal nas relações tecidas com as famílias agricultoras, com os consumidores e com a natureza. No que diz respeito à Microrregião de Pelotas, em agosto de 2018, havia 128 cadastros de produtores orgânicos, sendo 38% destes certificados pela Rede Ecovida de Agroecologia (BRASIL, 2018).

Considerando a Agroecologia como um espaço de comércio justo, economicamente viável, com forte tecido social e responsabilidade ambiental, cabe questionarmos: poderia esta ser um importante motivador à permanência de jovens no meio rural? Alguns estudos já foram desenvolvidos demonstrando que jovens inseridos na lógica da Agroecologia possuem maior propensão a se tornar sucessores de seus pais. Foi o que WIVES (2013) observou: um alto número de sucessores entre os agricultores agroecológicos da região de Torres/RS.

VIEIRA; RADOMSKY; WIVES (2017) demonstraram que os jovens que trabalham com um sistema de produção de base ecológica no Litoral Norte do RS

possuem um maior número de opções no acesso a mercados, enquanto jovens que trabalham com um sistema de produção convencional estão em sua maioria vinculados a um intermediador, que lhe extraem parte da renda e lhes impõem condições nem sempre favoráveis. No que tange à organização social, os autores perceberam que os jovens vinculados a sistemas de produção de base ecológica possuem uma maior inserção social em diversos espaços, caracterizando uma maior rede de relações e um tecido social mais fortalecido. Além disso, para os mesmos autores, “os jovens que indicaram alguma forma de inserção em grupos sociais, a participação é uma das formas de se reconhecer enquanto parte da comunidade e dessa forma criar raízes, que dão sentido a sua permanência neste meio” (VIEIRA; RADOMSKY & WIVES, 2017, p.14). Ademais, VIEIRA (2016, p.80) verificou que no Litoral Norte do RS, é “comum entre jovens do sistema agroecológico uma maior valorização na formação, sendo ela formal (educação básica, superior e cursos técnicos) ou informal (seminários, participação em reuniões, intercâmbios, etc.)”.

Na Microrregião de Pelotas existe uma grande diversidade de estabelecimentos rurais de caráter familiar do ponto de vista das atividades agropecuárias exercidas e das relações sociais contraídas com o contexto em que estão inseridos. Nesse sentido, parte-se aqui do suposto que as explorações familiares praticantes da Agroecologia e as que se acham em processos de transição agroecológica operam dentro de uma dinâmica distinta à das explorações praticantes da agricultura convencional, sobretudo as que se encontram ligadas às empresas fumageiras através de contratos de integração vertical. Além isso, existe neste recorte geográfico a Escola Família Agrícola da Região Sul (Efasul), sediada em Canguçu e que trabalha com o que se conhece por pedagogia da alternância, formando técnicos e técnicas em Agroecologia com objetivo de que estes/as jovens protagonizem processos de sucessão rural na região, com base na Agroecologia.

Nesse contexto, podemos acreditar que os jovens inseridos em sistemas de produção de base ecológica valorizam mais a organização e a inserção social, na forma de grupos, associações, cooperativas, redes, etc., e também valorizam a educação, seja ela formal ou não. Além disso, sistemas de produção de base ecológica são diversificados em sua essência, seja no que tange à produção e à conservação dos recursos naturais, seja no que tange ao acesso a mercados. Nesse sentido, essas condições supostamente podem favorecer a permanência de jovens no meio rural, possibilitando a sucessão nas propriedades familiar.

4. CONCLUSÕES

A partir das premissas básicas que apresentamos até aqui, acreditamos que algumas questões são pertinentes e necessárias: existe distinção entre ambos os tipos de estabelecimentos acima citados, do ponto de vista da questão da sucessão no âmbito das famílias rurais? As explorações praticantes da Agroecologia, em função de sua lógica peculiar de funcionamento (maior densidade de relações sociais de caráter associativo e atuação em rede, por exemplo), possuem maiores possibilidades de se reproduzirem socialmente no longo prazo e de potencialmente contarem com sucessores no interior da família? Além disso, uma educação diferenciada, voltada à valorização da agricultura familiar e da Agroecologia, como o caso da Efasul, pode possibilitar condições favoráveis à permanência dos jovens no meio rural? Pretendemos que essas questões possam ser respondidas ao final da execução do referido projeto de tese.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

BRASIL – Lei Federal nº 10.831, de dezembro 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.831.htm. Acesso em agosto de 2017.

BRASIL – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento: Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. Disponível em:
www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos. Acesso em agosto de 2018.

DELGADO, G. C. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965 – 2012). Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2012.

MAZOYER, M; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. Brasília: São Paulo: NEAD/ MDA; Ed. da UNESP, 2010.

NIEDERLE, P. A.; GRISA, C. Diversificação dos meios de vida e acesso a atores e ativos: uma abordagem sobre a dinâmica de desenvolvimento local da agricultura familiar. **Cuadernos Desarrollo Rural**, Bogotá, v. 5, n. 61, p. 41-69, 2008.

SPANEVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. 236f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

VIEIRA, A. C. B. **Os jovens rurais do Litoral Norte do Rio Grande do Sul: os modos de vida e a construção de estratégias para a permanência no campo**. 2016. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

VIEIRA, A. C. B.; RADOMSKY, G. F. W.; WIVES, D. G. As estratégias para permanecer no campo e os modos de vida de jovens no litoral norte do rio grande do sul. **Revista Desenvolvimento Social**, Montes Claros, v. 1, n. 20, p. 17, 2017.

WIVES, D. G. **Fatores Influentes na Tomada de Decisão e Organização dos Sistemas de Produção da Base Ecológica da Banana no Litoral Norte do Rio Grande do Sul**. 2013. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.